



EXÉRCITO BRASILEIRO



**IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA
MULHERES, PAZ E SEGURANÇA**

2024

**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE OPERAÇÕES TERRESTRES**



**IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA
MULHERES, PAZ E SEGURANÇA**

1ª Edição
Agosto de 2024



IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA MULHERES, PAZ E SEGURANÇA

EQUIPE EDITORIAL

Equipe editorial desta cartilha sobre a Agenda Mulheres, Paz e Segurança nas missões das Nações Unidas:

Presidente:	Gen Ex André Luis Novaes Miranda	- Cmt Op Ter
Membros:	Gen Ex Francisco Carlos Machado Silva	- Ch DECEX
	Gen Div Rogério Cetrin de Siqueira	- Dir ETMil
	Gen Bda Ricardo Luiz da Cunha Rabêlo	- Ch Mis Paz Av/IGPM
Coordenador do Projeto:	Cel Inf Adenir Fernandes Nogueira	- Cmt CCOPAB
Conteudistas:	TC Int Luanda dos Santos Batista (FAB)	- Ch Div Dout CCOPAB
	TC QCO Christiane Alves de Lima	- Adj Div Dout CCOPAB
Revisão Textual:	Cel QCO Sandra Nascimento Da Hora	- Ch Div Avl CCOPAB
Direitos Autorais:	© Comando de Operações Terrestres (COTER) 2024 - Todos os direitos reservados.	

COMANDO DE OPERAÇÕES TERRESTRES



▼ MENSAGEM DO SECRETÁRIO-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS



“A paridade de gênero nas Nações Unidas é uma necessidade urgente – e uma prioridade pessoal. É um dever moral e uma necessidade operacional.

A inclusão significativa das mulheres na tomada de decisão aumenta a eficácia e a produtividade, traz novas perspectivas e soluções para a mesa, libera maiores recursos e fortalece os esforços em todos os três pilares do nosso trabalho.”

António Guterres

Secretário-Geral das Nações Unidas

▼ MENSAGEM DO COMANDANTE DE OPERAÇÕES TERRESTRES



“O Exército Brasileiro, comprometido com o êxito das operações de paz da ONU, dá mais um passo importante ao lançar uma caderneta sobre a implementação da agenda ‘Mulheres, Paz e Segurança’ no processo de capacitação de tropas para enfrentarem os desafios encontrados nas operações de paz contemporâneas. A adoção de políticas rigorosas e treinamentos específicos para os participantes das missões é essencial para assegurar que os esforços de manutenção da paz sejam eficazes e duradouros.

Nesse contexto, abordar o tema ‘Mulheres, Paz e Segurança’ é fundamental para bem preparar, assim como para empregar com eficiência as tropas das Forças Armadas e do Exército Brasileiro em operações de paz da ONU. A inclusão de mulheres nas Forças de Paz contribui para a diversidade e oferece diferentes opções de enfrentamento de crises nas operações, integrando diferentes perspectivas e abordagens na resolução de conflitos. Além disso, mulheres em missões de paz desempenham um papel vital na mediação de conflitos e na construção de confiança com comunidades locais, especialmente em contextos onde mulheres e crianças são desproporcionalmente afetadas pelos beligerantes.”

A presença feminina nas operações de paz também ajuda a combater o estigma e a promover a igualdade de gênero, refletindo os valores da ONU e do Brasil em relação aos direitos humanos e à justiça social. A integração de uma abordagem sensível ao gênero nas estratégias de paz melhora a segurança e o bem estar das populações vulneráveis. Por fim, o fortalecimento da presença feminina nas tropas emula um modelo positivo, incentivando uma maior participação de mulheres em todas as esferas da sociedade, principalmente na construção de um processo de paz duradoura e sustentável.”

Gen Ex André Luis Novaes Miranda

Comandante de Operações Terrestres

▼ SUMÁRIO

Apresentação	09
► Seção Um:	
Contextualizando a Agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS)	10
1.1 O que é a Agenda MPS?	11
1.2 Histórico da Agenda MPS no Cenário Internacional	11
1.3 Resumo Histórico e Evolução da Agenda MPS no Mundo	12
1.4 Importância do Tema	14
► Seção Dois:	
Resoluções	15
2.1 Quadro Geral	16
2.2 A Importância da Participação de Mulheres em Operações de Paz	19
2.3 Ações para a Implementação da Agenda MPS	20
► Seção Três:	
Plano Nacional de Ação sobre a Agenda Mulheres, Paz e Segurança (PNA)	22
3.1 O que é o PNA?	23
3.2 Contexto do PNA Brasil	26
3.3 Comparativo entre o I e II PNA	27
► Seção Quatro:	
Boas Práticas	29
4.1 Treinamento e Capacitação	30
4.2 Mulheres Conquistando seu Espaço	31

4.3	Mulheres	no	Terreno	32
.....				

► **Seção Cinco:**

	Eficácia	da	Implementação	da	Agenda	33
.....						

5.1	Comprometimento dos Líderes				34
-----	-----------------------------	-------	--	--	--	-----------

5.2	Perspectivas	do	Futuro	36
.....				

Referências				37
--------------------	-------	--	--	--	-----------

Sites	de	Interesse	37
.....			

Leituras	de	Interesse	38
.....			

▼ ABREVIATURAS

CCOPAB	Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil
CIMIC	<i>Civilian-Military Coordination</i> (Coordenação Civil-Militar)
COTER	Comando de Operações Terrestres do Exército Brasileiro
CRSV	<i>Conflict Related Sexual Violence</i> (Violência Sexual Relacionada ao Conflito)
EP	<i>Engagement Platoon</i> (Pelotão de Engajamento)
ET	<i>Engagement Teams</i> (Equipes de Engajamento)
FET	<i>Female Engagement Teams</i> (Equipes de Engajamento Femininas)
GENAD	<i>Gender Adviser/Advisor</i> (Assessor de Gênero)
GFP	<i>Gender Focal Point</i> (Ponto Focal de Gênero)
JOC	<i>Joint Operationa Centre</i> (Centro de Operações Conjuntas)
MET	<i>Mixed Engagement Teams</i> (Equipes de Engajamento Mistas)
MILOB	<i>Military Observers</i> (Observadores Militares)
MPS	Mulheres, Paz e Segurança
PNA	Plano Nacional de Ação
SEA	<i>Sexual Exploitation and Abuse</i> (Exploração e Abuso Sexual)
SGBV	<i>Sexual and Gender-Based Violence</i> (Violência Sexual e de Gênero)
SO	<i>Staff Officer</i> (Oficial de Estado-Maior)
UNPOL	<i>United Nations Police</i> (Polícia das Nações Unidas)
WPA	<i>Women Protection Adviser/Advisor</i> (Assessor de Proteção de Mulheres)

APRESENTAÇÃO

Esta cartilha sobre a Agenda MPS nas missões das Nações Unidas aborda a importância da participação das mulheres em operações de paz e os esforços internacionais e nacionais para implementar essa Agenda. Iniciada com a Resolução 1325, do Conselho de Segurança da ONU, aprovada em 2000, a Agenda MPS tem sido fortalecida por várias resoluções subsequentes que destacam a necessidade da inclusão feminina em processos de paz e segurança. A cartilha explora também o PNA do Brasil, comparando os avanços entre o primeiro e o segundo PNA e destacando a importância do treinamento, da capacitação e de histórias inspiradoras de mulheres, tanto em Operações de Paz, como no contexto nacional.

Além disso, este material é uma ferramenta de apoio para comandantes e outros líderes militares responsáveis pela implementação da Agenda nas Organizações Militares. A cartilha apresenta recomendações e boas práticas para aumentar a participação de mulheres, enfatizando a importância do comprometimento dos líderes e as possibilidades futuras.

A participação das mulheres em missões de paz, não só melhora a eficácia dessas operações, mas também promove a justiça e a equidade. A presença feminina no terreno tem um impacto positivo nas comunidades atendidas, facilitando a comunicação e a resolução de conflitos. O compromisso contínuo com políticas que fomentem a participação e a promoção plena, igualitária e significativa da liderança feminina é essencial para garantir o sucesso desta Agenda no futuro.



A woman in military camouflage gear is seated on the left, facing a group of women. She has a red earring and a name tag on her chest. The women are seated on the floor in a rustic, dimly lit room with wooden beams. One woman in the center is wearing a light blue shirt and a patterned skirt, while another woman on the right is wearing a peach-colored shirt and a patterned skirt. The scene suggests a community meeting or a field visit.

**SEÇÃO UM:
CONTEXTUALIZANDO A AGENDA MPS**

1.1 O QUE É A AGENDA MPS?

A Agenda Mulheres, Paz e Segurança da ONU foi lançada pela Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, adotada em 31 de outubro de 2000, sendo um marco significativo no contexto da paz e segurança internacional. A Agenda tem como foco:

- **a importância das mulheres na prevenção e resolução de conflitos;**
- **negociações, consolidação e manutenção da paz;**
- **resposta humanitária;** e
- **reconstrução pós-conflito.**

A Resolução 1325 reconhece o impacto desproporcional e único dos conflitos armados sobre as mulheres e sublinha a importância de sua participação igualitária e plena nos esforços de paz e segurança.

▼ OS PRINCIPAIS PILARES DA RESOLUÇÃO 1325

PARTICIPAÇÃO	PROTEÇÃO	PREVENÇÃO	ASSISTÊNCIA
<ul style="list-style-type: none">• Promoção de maior representação de mulheres em todos os níveis de tomada de decisão em instituições e mecanismos nacionais e internacionais de prevenção, gestão e resolução de conflitos.	<ul style="list-style-type: none">• Medidas para proteger as mulheres e meninas contra a violência de gênero, especialmente a violência sexual relacionada ao conflito.	<ul style="list-style-type: none">• Integração da perspectiva das mulheres na análise e na prevenção de conflitos.	<ul style="list-style-type: none">• Consideração das necessidades especiais das mulheres e meninas na concepção e implementação de programas de reabilitação e reintegração pós-conflito.

1.2 HISTÓRICO DA AGENDA MPS NO CENÁRIO INTERNACIONAL

Pouco após a fundação das Nações Unidas em 1945, a Comissão sobre o Estatuto da Mulher (CSW) foi criada (1946) como o órgão da ONU dedicado à promoção da igualdade de gênero e ao avanço das mulheres. Durante a Guerra Fria, a atenção da sociedade civil se voltou para a internacionalização dos padrões de direitos humanos e a adoção de tratados e convenções que consagraram o direito à igualdade de gênero. Entre esses tratados, destaca-se a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), adotada em 1979.

A Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim em 1995, representou um marco importante, reunindo representantes de 189 países e 4750 delegados de Organizações Não Governamentais (ONG) para discutir e firmar compromissos com a promoção da igualdade de gênero. Durante essa conferência, as ONG se organizaram formalmente em uma rede para pressionar por uma resolução do Conselho de Segurança sobre mulheres, paz e segurança. Após 15 meses de trabalho intenso, a Resolução 1325 foi aprovada em 2000, destacando-se com a

única resolução do Conselho de Segurança cuja elaboração e defesa foram quase inteiramente lideradas pela sociedade civil.

1.3 RESUMO HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DA AGENDA MPS NO MUNDO

► **Elaboração da Carta das Nações Unidas**

Em 1945, a brasileira Bertha Lutz chefiou a delegação brasileira à Conferência de São Francisco, que redigiu e adotou a Carta das Nações Unidas. Foi uma das únicas quatro mulheres delegadas na Conferência. Na ocasião, defendeu a igualdade entre homens e mulheres, consagrada no preâmbulo e no Art 8 da Carta das Nações Unidas.

Sua presença e influência foram pioneiras em um momento em que a participação feminina na diplomacia global era limitada. A contribuição de Lutz ajudou a moldar uma visão mais inclusiva e equitativa para a governança global, marcando um passo importante na integração das questões de gênero nas políticas internacionais.

► **Movimentos Sociais e Conscientização**

Nos anos 90, houve um aumento significativo na conscientização sobre os direitos das mulheres e sua proteção em conflitos armados, impulsionado por organizações sociais e de direitos humanos.

Além disso, a crescente conscientização sobre os impactos desproporcionais dos conflitos armados sobre mulheres e meninas expôs a necessidade premente da inclusão da perspectiva de gênero para garantir que seus direitos fundamentais fossem atendidos, bem como do aumento da participação feminina nos processos de paz.

► **Processo de Elaboração da Resolução**

Alguns fóruns multilaterais, como a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos em Viena (1993) e a Conferência de Beijing (1995), ajudaram a moldar a Agenda de gênero e segurança.

Grupos de mulheres e Organizações Não Governamentais (ONG) desempenharam um papel crucial ao defender a inclusão da perspectiva das mulheres nas políticas de paz e segurança.

► **Implementação e Desafios**

A Agenda MPS foi oficialmente adotada pela ONU em 2000, com a aprovação da resolução 1325 do CSNU. Muitos países elaboram PNA para implementar a Agenda MPS, mas o avanço tem sido desigual e enfrenta vários desafios, incluindo falta de recursos, resistência cultural, capacitação insuficiente, disposição política e mecanismos de monitoramento.

Embora tenha havido progresso na inclusão das mulheres em processos de paz, há necessidade de ampliar a ação e o entendimento sobre o assunto, de forma a evitar que a sua participação seja simbólica ou limitada.

► **Evoluções Posteriores**

A Resolução 1325 foi seguida por outras resoluções complementares, com a 1820 (2008), 1888 (2009), 1960 (2010), 2106 (2013) e 2467 (2019) entre outras. Algumas delas reforçam a necessidade da participação plena, igualitária e significativa das mulheres, enquanto outras reforçam a prevenção e a resposta à violência sexual em conflitos.

► **Evoluções Posteriores** (continuação)

De forma simultânea, foram desenvolvidas outras iniciativas, como a Rede de Mulheres Líderes Africanas e a Rede Global de Mulheres Pacificadoras, que foram criadas para promover a implementação da Agenda Mulheres, Paz e Segurança.

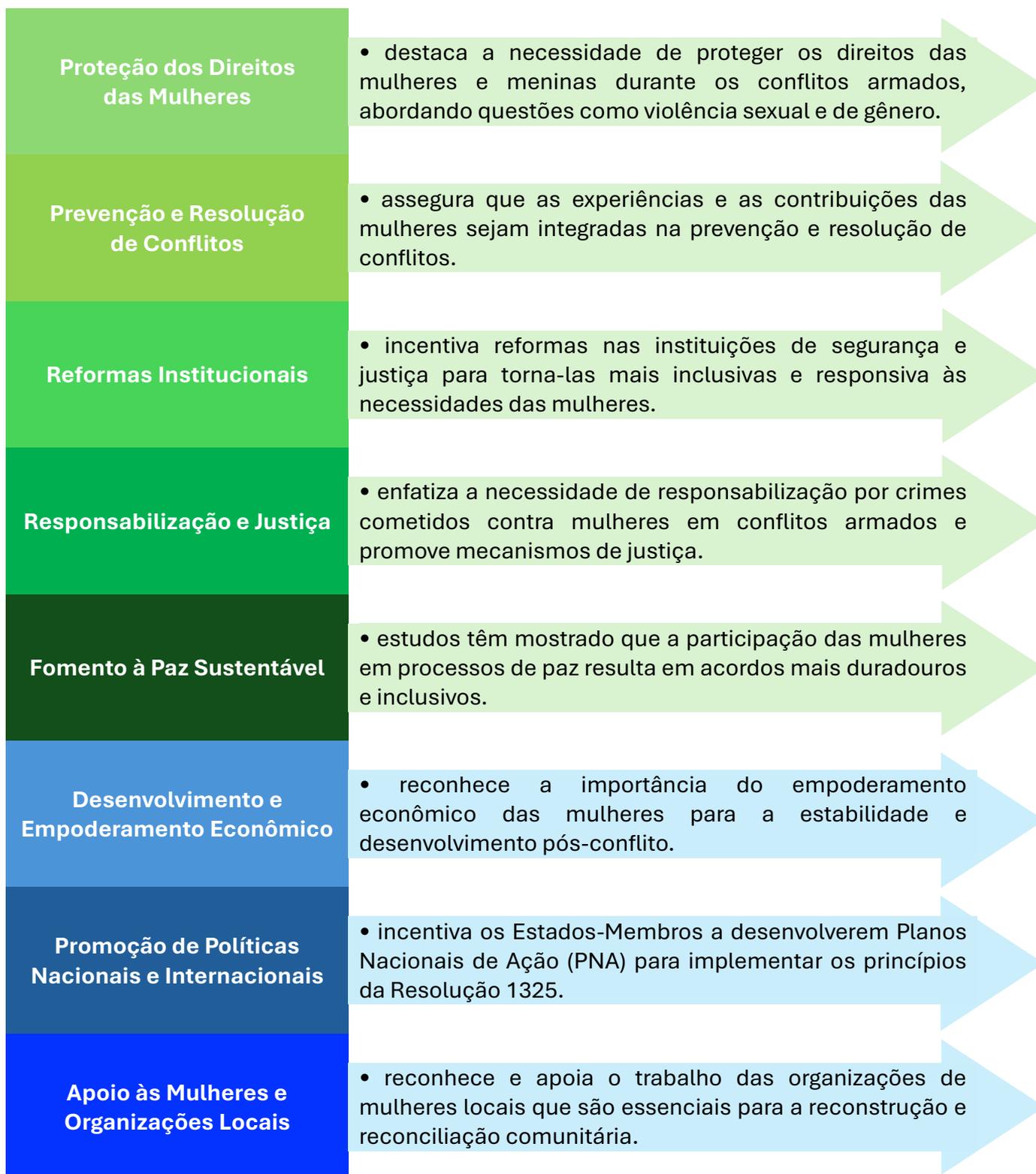


A Agenda Mulheres, Paz e Segurança tem impacto direto nos resultados das Operações de Paz da ONU e em outras iniciativas internacionais de segurança. Ao incluir a participação das mulheres, não apenas se fortalece a promoção e a proteção de direitos humanos fundamentais, mas também se contribui para a construção de sociedades mais pacíficas e resilientes a longo prazo.



1.4 IMPORTÂNCIA DO TEMA

A Agenda MPS da ONU dá respaldo legal ao compromisso do Secretário-Geral das Nações Unidas com a implementação das políticas que fomentam a promoção e a participação significativa das mulheres em todo Sistema ONU.

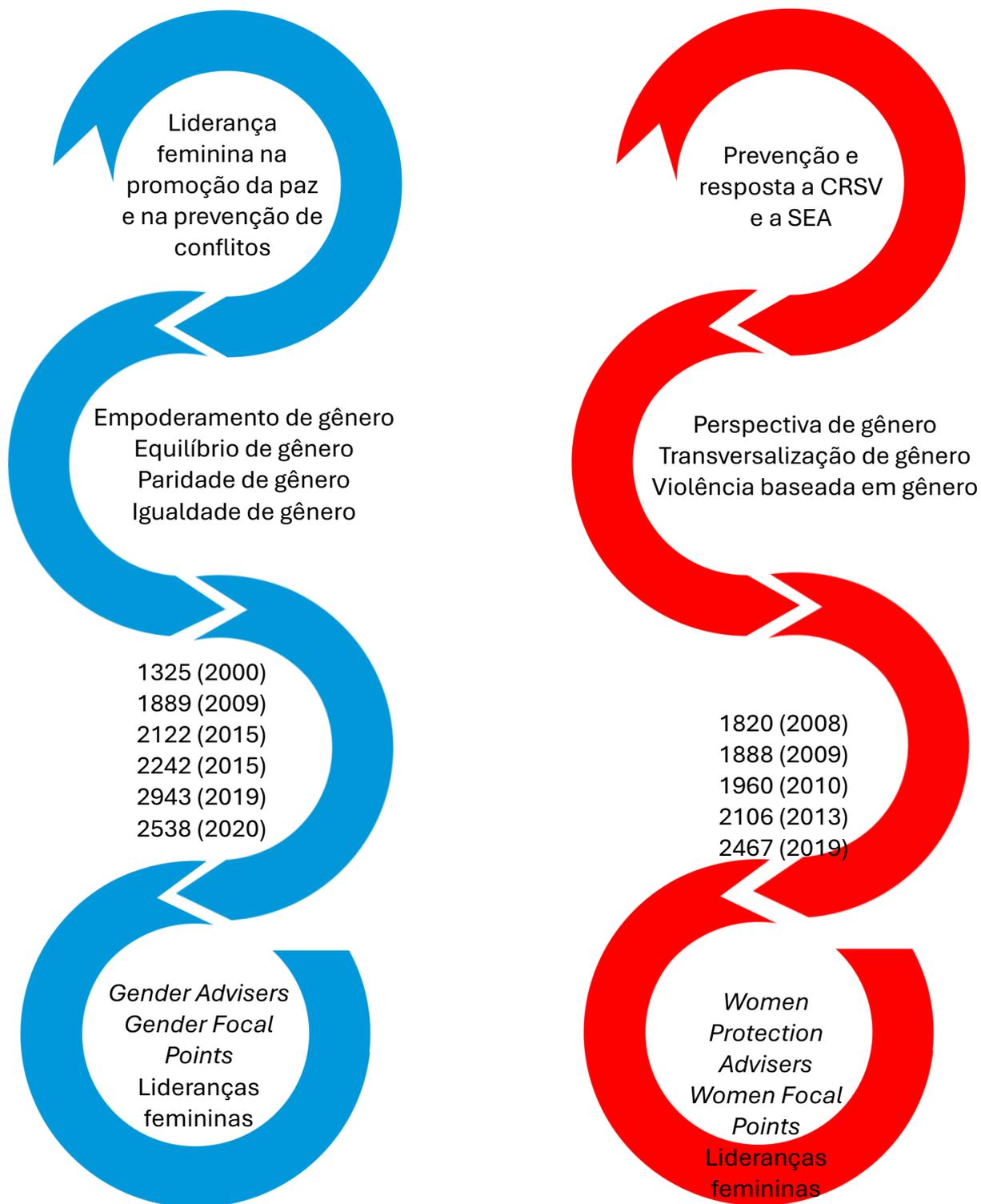




**SEÇÃO DOIS:
RESOLUÇÕES**

2.1 QUADRO GERAL

Até o momento, foram lançadas onze resoluções do Conselho de Segurança relativas à Agenda MPS da ONU. Juntas, as resoluções se dividem em dois grandes núcleos de atuação:





O que são CRSV e SEA na Agenda MPS?

► **Violência Sexual Relacionada ao Conflito** (CRSV, em inglês)

Refere-se a incidentes ou padrões de violência sexual em conflitos ou situações pós-conflito que incluem: violação, escravidão sexual, prostituição forçada, gravidez, esterilização forçada ou qualquer outra forma de violência sexual de natureza comparável grave, contra mulheres, meninas ou meninos. (S/2014/181).

► **Exploração Sexual**

Significa qualquer ato ou tentativa de abuso de uma posição de vulnerabilidade, diferencial de poder ou confiança, para fins sexuais, incluindo, entre outros, o benefício monetário, social ou político, a partir da exploração sexual de outrem. (ST/SGB/2003/13).

► **Abuso Sexual**

Significa o ato ou a ameaça de intrusão física de natureza sexual, seja forçosa ou em condições de desigualdade ou coerção. (ST/SGB/2003/13)

• **Observação**

No mês de maio de 2024, o COTER e o CCOPAB lançaram uma cartilha sobre o tema. O guia estabelece normas e práticas para se prevenir e enfrentar casos de exploração e abuso sexual, reforçando o compromisso do Exército Brasileiro no enfrentamento a esses flagelos.



RESOLUÇÕES DO CONSELHO DE SEGURANÇA

Principal Temática

► Resolução 1325 (2000)

Necessidade de reconhecer e abordar o impacto desproporcional dos conflitos em mulheres e meninas, promovendo sua participação plena e igualitária na construção da paz e na segurança.

► Resolução 1820 (2008)

A violência sexual em conflitos compromete a paz e a segurança, exigindo uma resposta robusta e integrada para prevenir e combater tais abusos. Ela ressalta a necessidade de se abordar a violência sexual como uma ameaça à estabilidade e aos direitos humanos..

► Resolução 1888 (2009)

As missões de paz devem adotar medidas concretas para proteger mulheres contra a violência sexual, integrando estratégias de prevenção e resposta.

► Resolução 1889 (2009)

Necessidade de se aumentar a participação das mulheres nos processos de paz e na tomada de decisões relacionadas à segurança, reconhecendo sua contribuição essencial para a construção de uma paz duradoura e inclusiva..

► Resolução 1960 (2010)

Condena a violência sexual como uma tática de guerra, ressaltando a fragilidade de mulheres e crianças nesse contexto.

► Resolução 2106 (2013)

Combate à impunidade nos casos de violência sexual em conflitos armados, exigindo a responsabilização dos perpetradores e a implementação de medidas para identificar e punir os criminosos.

► Resolução 2122 (2013)

Necessidade de se oferecer assistência abrangente às mulheres vítimas de rapto e abuso em contextos de conflito, garantindo suporte médico, psicológico e jurídico.

► Resolução 2242 (2015)

A importância de integrar a análise de gênero em todos os níveis das Missões de Paz, garantindo que as perspectivas e necessidades específicas de gênero sejam consideradas na formulação e implementação de políticas e operações.

► Resolução 2467 (2019)

Proteção e assistência às crianças nascidas de estupro em contextos de conflito, enfatizando a necessidade de garantir seus direitos e bem-estar.

continua →

► Resolução 2493 (2019)

Ênfase no fortalecimento dos mecanismos de monitoramento das violações de direitos humanos, especialmente relacionadas à violência sexual em conflitos.

► Resolução 2538 (2020)

Promoção do aumento da presença de mulheres nas forças militares e policiais das Missões de Paz, reconhecendo que sua participação é crucial para se alcançar o sucesso das operações.

2.2 A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DE MULHERES EM OPERAÇÕES DE PAZ



As mulheres desempenham papel essencial na construção de confiança nas comunidades locais e na mediação de conflitos, frequentemente facilitando o acesso às populações marginalizadas.

Para se alcançar os efeitos desejados nessas populações, o engajamento das mulheres se dá, principalmente, nas 5 áreas a seguir:

- **implementação da Agenda MPS (integridade e igualdade entre homens e mulheres);**
- **prevenção de SEA;**
- **atuação e prevenção de CRSV;**
- **atuação na proteção de criança; e**

- proteção de civis.

2.3 AÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA MPS

► Aumento da capacitação e treinamento sobre:

- performance em cargos de liderança;
- aumento do emprego de mulheres em atividades operacionais;
- processo de planejamento de Operações de Paz;
- Agenda MPS;
- Prevenção de Exploração Sexual (SEA);
- Resposta à Violência Sexual Relacionada ao Conflito (CRSV);
- formação de especialistas na Agenda MPS, incluindo GENAD, WPA e GFP; e
- boas práticas e troca de experiências de mulheres desdobradas em Missões de Paz.

• Observação

O CCOPAB tem ministrado cursos e estágios visando ao aumento da capacitação e treinamento nos itens acima. Para mais informações, favor consultar o sítio:

www.ccopab.eb.mil.br

► Aumento do número de mulheres em:

- posição de liderança;
- atuação nos diversos níveis e funções no terreno;
- patrulhas mistas no terreno;
- *checkpoints* no terreno;
- funções de Observadora Militar e de Oficial de Estado-Maior nas missões da ONU;
- projetos de coordenação com os agentes humanitários;
- missões de desminagem humanitária (em especial, as engenheiras militares);
- missões operacionais;
- mesas de negociação e decisão do estabelecimento da paz;
- Processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) de mulheres ex-combatentes;
- processo de seleção de militares para cargos do Sistema ONU e de outros organismos internacionais; e
- voluntariado para as operações de manutenção da paz e para missões políticas e especiais.

► Mudança de cultura organizacional em:

- criação de uma rede de GENAD;
- criação e adaptação de políticas, códigos de conduta, manuais integrando a promoção e a participação plena, igualitária e significativa de mulheres;
- realização de seminários, palestras e eventos institucionais, a fim de sensibilizar quanto à Agenda MPS;

continua →

► **Mudança de cultura organizacional em** (continuação):

- desencorajamento de estereótipos;
- inclusão da Agenda MPS na grade curricular das escolas de formação e pós-formação;
- criação de banco de talentos;
- recrutamento feminino e gestão de pessoal;
- inclusão feminina nos processos seletivos de progressão de carreira das Forças;
- adaptações logísticas necessárias para integração de mulheres;
- mapeamento dos principais desafios de mulheres desdobradas no terreno; e
- mapeamento das oportunidades de melhoria para a integração das mulheres.





NUSCA HEROES



**SEÇÃO TRÊS:
PLANO NACIONAL DE AÇÃO
SOBRE A AGENDA
MULHERES, PAZ E SEGURANÇA**

3.1 O QUE É O PNA?

No Sistema ONU, os 193 Estados-Membros que integram essa instituição se comprometem em colaborar para garantir que as Resoluções do Conselho Nacional e as Diretrizes do Secretário-Geral sejam implementadas no contexto internacional e nacional.

A adoção da Resolução 1325 e as subseqüentes resoluções do Conselho de Segurança sobre a Agenda MPS reiteram o compromisso dos países em estabelecer mecanismos para a promoção e a integração de mulheres nas sociedades em geral. Além disso, com a implementação dessa resolução é possível apoiar a ONU em áreas em que a consolidação da paz e a segurança estão sendo ameaçadas por situações de conflito armado em que grupos vulneráveis (mulheres, crianças e idosos) são alvos de ataque.

Os Planos Nacionais de Ação são documentos de estratégia em nível nacional que delineiam a abordagem e o curso de ação de um governo para identificar as ações a serem realizadas sobre a Agenda MPS. Os Estados-Membros foram incentivados a produzir suas diretrizes internas alinhadas com essa Agenda. Os PNA detalham objetivos e atividades que os países devem realizar, tanto em nível doméstico quanto internacional, para garantir os direitos humanos das mulheres e meninas em contextos de conflito; prevenir conflitos armados e violência, sobretudo contra esse grupo; e assegurar a participação significativa das mulheres na paz e segurança.

Os PNA retratam as estratégias e ações baseadas nos quatro pilares da Agenda – **participação, proteção, prevenção e assistência**, com o envolvimento da sociedade civil e organismos governamentais.

O primeiro PNA foi desenvolvido em 2005 pela Dinamarca.

No Brasil, o primeiro PNA foi lançado em março de 2007.



FATOS

- **105 Estados-Membros das Nações Unidas têm um Plano Nacional de Ação.**

- **Cerca de 30% dos PNA estão atualmente desatualizados, tendo expirado em 2022 ou antes.**

- **56 países desenvolveram um PNA sobre MPS;**
 - **27 desenvolveram 2;**
 - **15 desenvolveram 3;**
 - **6 países desenvolveram 4; e**
 - **2 países estão no seu 5º PNA.**

- **O Brasil lançou o primeiro PNA em março de 2017, que cobriu um período de 6 anos. Em outubro de 2023, foi lançado o segundo PNA, previsto para durar até o ano de 2027.**



3.2 O CONTEXTO DO PNA NO BRASIL



- **2004** ▶ Início da participação de tropas brasileiras na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH).
- **2010** ▶ A criação do primeiro centro de treinamento de operações de manutenção da paz, o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), “Centro Sergio Vieira de Mello”.
 - ▶ A ONU padroniza conteúdos sobre prevenção de doenças sexualmente transmissíveis/HIV, violência sexual como arma de guerra e violência baseada em gênero, que precisam ser ministrados pelos países contribuintes de tropas no treinamento prévio de seus militares.
- **2011** ▶ O Ministério da Defesa e a ONU Mulheres firmaram uma carta de intenção na área de “gênero, paz e segurança”. O documento previa colaboração com o CCOPAB com vistas ao “treinamento de tropas de paz em questão de gênero” e mencionava “atividades de cooperação sul-sul com demais centros de treinamento de tropas de paz na América Latina e na África”.
- **2014** ▶ A criação de um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) que incluiu representantes do Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Defesa, Forças Armadas e Polícia, além da sociedade civil, para identificar e ajudar a promover políticas e iniciativas relevantes em prol da igualdade de gênero.
 - ▶ A criação da Comissão de Gênero no Ministério da Defesa.
- **2015** ▶ O Instituto Pandiá Calógeras promoveu um debate sobre “a potencialidade, a oportunidade e a conveniência da adoção de um Plano Nacional de Ação (PNA) por parte do Brasil”.
 - ▶ O Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas participou de debate aberto do Conselho de Segurança no 15º Aniversário da Resolução 1325 e anunciou o início dos trabalhos de elaboração do Plano Nacional de Implementação da Agenda “Mulheres, Paz e Segurança”.



3.3 COMPARATIVO ENTRE O I E II PNA DO BRASIL

► I Plano Nacional de Ação

- **Período de implementação:** lançado em março de 2017, cobrindo um período inicial de 2 anos, e em março de 2019 foi renovado por mais 4 anos.
- **Objetivos centrais:** focado em conscientização e capacitação para a implementação da Agenda MPS.
- **Temas prioritários:** QUATRO temas principais são definidos:
 1. participação de mulheres na tomada de decisões e igualdade de gênero nas atividades relativas à paz e à segurança;
 2. prevenção e proteção de mulheres e meninas de violência sexual em situações de conflito armado;
 3. consolidação da paz e cooperação humanitária; e
 4. sensibilização, engajamento e aprofundamento sobre o tema.
- **Desafios iniciais:** falta de recursos financeiros, capacitação limitada de pessoal e coordenação interministerial.
- **Resultados esperados:** melhoria gradual na inclusão da perspectiva de gênero nas políticas de segurança e uma maior proteção dos direitos das mulheres em áreas de conflito.

► II Plano Nacional de Ação

- **Período de implementação:** lançado em outubro de 2023, cobrindo um período de vigência até 2027.
- **Evolução e continuidade:** construído com base nas lições aprendidas e nas lacunas identificadas no I PNA. Proposta de renovação do compromisso nacional com a Agenda MPS.
- **Temas prioritários:** transversalização de gênero; empoderamento das mulheres; e interseccionalidade.
- **Aprofundamento dos objetivos:** inclui metas mais específicas de empoderamento das mulheres em processos de paz, reconstrução pós-conflito e prevenção de violência baseada em gênero, em particular, SEA.
- **Inovação e estratégias avançadas:** introduz novas abordagens, como a integração de indicadores de gênero em operações de manutenção da paz e a ampliação do treinamento de pessoal em questões de gênero.
- **Fortalecimento institucional:** foca na criação ou fortalecimento de estruturas institucionais dedicadas à promoção da igualdade de gênero e à implementação de políticas inclusivas.

► II Plano Nacional de Ação (continuação)

- **Desafios a serem superados:** resistência cultural, lacunas na coleta de dados desagregados por gênero e limitações na monitorização e avaliação dos resultados.

COMPARAÇÃO GERAL ENTRE OS PNA

- **Progresso:** o II PNA demonstra um progresso significativo em relação ao primeiro, tanto em termos de metas quanto de implementação efetiva e resultados esperados.
- **Amplitude de participação:** maior inclusão de diferentes partes interessadas, incluindo sociedade civil e grupos marginalizados, no desenvolvimento e implementação do segundo plano.
- **Resiliência e sustentabilidade:** o II PNA se mostra mais robusto em termos de sustentabilidade a longo prazo, com estratégias mais refinadas e um compromisso renovado com a Agenda Mulheres, Paz e Segurança.
- **Contextualização local:** ambos os planos são adaptados às necessidades e realidades locais, sendo que o II PNA demonstra uma melhor compreensão das dinâmicas locais e uma resposta mais adaptada.

RESUMINDO:



- **I PNA** → estabeleceu as bases e prioridades iniciais.
- **II PNA** → evolução na abordagem do tema e compromisso com a Agenda MPS, com foco em resultados mais tangíveis e sustentáveis.



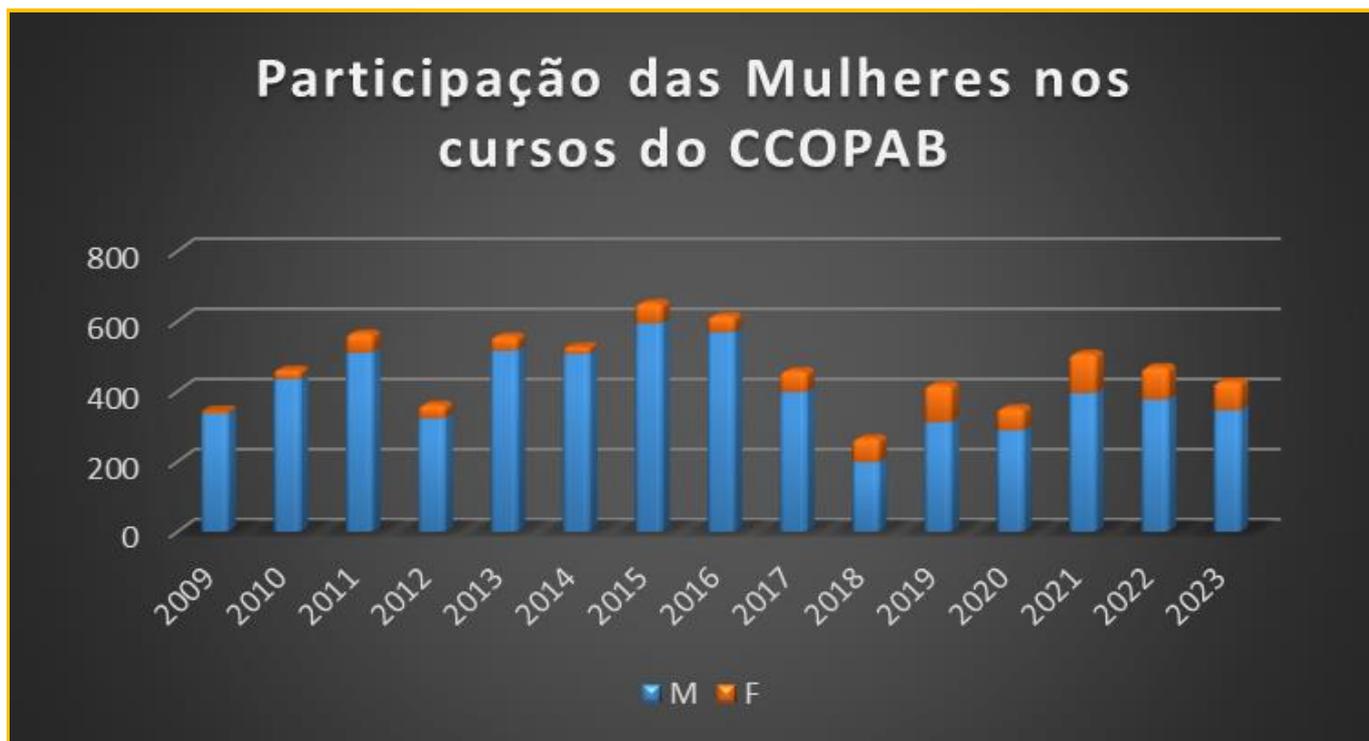


**SEÇÃO QUATRO:
BOAS PRÁTICAS**

4.1 TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

Apesar do Brasil não possuir, atualmente, contingentes de tropa desdobrados no terreno, militares, policiais e civis continuam sendo treinados e capacitados para as atuais missões individuais e para estarem em condições de serem desdobrados em novas oportunidades que surjam no contexto das Nações Unidas.

O **CCOPAB, Centro Sergio Vieira de Mello**, é um dos centros nacionais que se baseia nos materiais de treinamento da ONU¹. Nos cursos e estágios ofertados pelo Centro, o número de mulheres participantes tem aumentado ao longo dos anos.



1. Para maiores informações, acessar: www.ccopab.eb.mil.br.

4.2 MULHERES CONQUISTANDO O SEU ESPAÇO

“Lugar de mulher é onde ela quiser!”



- Mulheres de diferentes especialidades.



- Soldados femininas.



- Mulheres Cmt U, SU e Pel.



- Assessoras na OEA.



- Mulheres em comissões de compras no exterior.



- Mulheres paraquedistas.



- Paridade de gênero em progresso.



- Mulheres em GLO.



- Oficiais nas Forças Armadas.



- Auxiliar de aditância.



- Mulheres na Operação Acolhida.



- Mulheres em várias funções nas missões de paz.



- Mulheres aviadoras.



- Mulheres instrutoras em centros de treinamento ou escolas.



- Mulheres combatentes.



- Mulheres em destaque na sede da ONU.



4.3 MULHERES NO TERRENO

Mulheres Brasileiras Desdobradas em Missões de Paz				
Bandeira	País	Missão	Ano	Qnt
LB	Líbano	UNIFIL	1978...	8
AO	Angola	UNAVEM II	1991 - 1995	4
EH	Saara Ocidental	MINURSO	1991...	15
GT	Guatemala	MINUGUA	1997 - 2004	1
XK	Kosovo	UNMIK	1999...	1
TL	Timor Leste	UNMISSET/UNMIT/UNOTIL	2002 - 2012	11
CI	Costa do Marfim	MINUCI/UNOCI	2003 - 2017	4
LR	Libéria	UNMIL	2004 - 2018	4
HT	Haiti	MINUSTAH	2004 - 2017	239
SD	Sudão	UNAMID	2007 - 2020	2
GW	Guiné Bissau	UNIOGIBIS	2009 - 2020	3
CD	RDC	MONUSCO	2010...	9
SS	Sudão do Sul	UNMISS	2011...	27
SD SS	Abyel	UNISFA	2011...	1
ML	Mali	MINUSMA	2013 - 2023	1
CF	RCA	MINUSCA	2014...	20
YE	Iêmen	UNMHA	2018...	1
SD	Sudão	UNTAMS	2020 - 2024	1
Total até março de 2024				352

• **Obs:** Dados acessíveis em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/copy_of_missoes-de-paz/participacao-de-mulheres-e-policiais-em-missoes-de-paz-da-onu.

	Em Tropa:	Individual:
Principais Funções Exercidas	CIMIC; Intérprete/Tradutora; Assessora Jurídica, Médicas e Técnicas de Enfermagem; Veterinária; GENAD; Nutricionista; Psicólogas; Administradora e outras.	Oficial do Estado-Maior JOC, CIMIC, GENAD: (observadora militar - Cmt Team Site, Líder de Patrulha, G1- Pessoal, G3 – Operações, G4 – Logística, Polícia da ONU e outras).

**SEÇÃO CINCO:
IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA**



5.1 COMPROMETIMENTO DOS LÍDERES

A implementação da Agenda MPS depende, principalmente, dos escalões superiores das instituições colocarem em prática as resoluções do Conselho de Segurança e as recomendações do Secretário-Geral das Nações Unidas, de acordo com o compromisso assumido pelos próprios Estados-Membros.

O engajamento de comandantes, chefes e líderes em relação à Agenda MPS é fundamental para garantir que os compromissos internacionais sejam efetivamente implementados e que haja progresso real na promoção da participação das mulheres em processos de paz e segurança.

A seguir, alguns pontos-chave são apresentados:

COMPROMISSOS E POLÍTICAS NACIONAIS

As lideranças devem demonstrar um compromisso claro com a implementação da Agenda MPS, desenvolvendo políticas e ações nacionais que promovam a participação das mulheres em todas as etapas dos processos de paz e segurança.

CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO

É essencial que comandantes, chefes e líderes sejam capacitados sobre os princípios e objetivos da Agenda MPS. Isso inclui entender a importância da participação plena, igualitária e significativa das mulheres, a proteção de seus direitos humanos e a prevenção da violência de gênero em conflitos.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

As lideranças devem estabelecer mecanismos robustos de monitoramento e avaliação para acompanhar o progresso na implementação da Agenda MPS. Isso envolve a coleta de dados desagregados por sexo e a análise regular dos impactos das políticas implementadas.

TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

As lideranças devem garantir transparência em suas ações relacionadas à Agenda MPS, respondendo à comunidade internacional, à sociedade civil e ao público interno sobre as medidas tomadas e os resultados alcançados.

INTEGRAÇÃO EM TODAS AS POLÍTICAS E PROGRAMAS

A Agenda MPS não deve ser vista como uma questão isolada, mas sim integrada em todas as políticas e programas institucionais relacionados à paz, segurança e desenvolvimento.

PARCERIAS E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

As lideranças devem buscar parcerias e cooperação internacional para fortalecer a implementação da Agenda, compartilhando boas práticas, recursos e experiências com outros países e organizações internacionais.

Ao colocar essas diretrizes em prática, as lideranças podem não apenas cumprir com seus compromissos internacionais, mas também promover uma mudança efetiva na participação das mulheres na consolidação da paz e na garantia da segurança global.



5.2 PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

No panorama internacional atual, a Agenda MPS da ONU continua a ser a base e a referência para governos nacionais e internacionais e organizações da sociedade civil sobre o tema.

O monitoramento e a avaliação de sua implementação são fundamentais para garantir avanços contínuos e lidar com as lacunas persistentes, como a sub-representação das mulheres em processos de paz formais e a falta de investimento adequado em programas que promovam a igualdade entre homens e mulheres.

A Agenda MPS vem promovendo uma abordagem mais inclusiva e eficaz para a resolução de conflitos e a consolidação da paz. Ela representa um engajamento global com a inclusão social e com os direitos das mulheres, bem como a formação de um mundo mais seguro e mais justo para todos.



REFERÊNCIAS

- Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) 1325 (2000), de 31 de outubro de 2000;
- Resolução do CSNU 1820 (2008), de 19 de junho de 2008;
- Resolução do CSNU 1888 (2009), de 30 de setembro de 2009;
- Resolução do CSNU 1889 (2009), de 5 de outubro de 2009;
- Resolução do CSNU 1960 (2010), de 16 de dezembro de 2010;
- Resolução do CSNU 2106 (2013), de 24 de junho de 2013;
- Resolução do CSNU 2122 (2013), de 18 de outubro de 2013;
- Resolução do CSNU 2242 (2015), de 18 de outubro de 2015;
- Resolução do CSNU 2467 (2019), de 23 de abril de 2019;
- Resolução do CSNU 2493 (2019), de 29 de outubro de 2019;
- Resolução do CSNU 2538 (2020), de 28 de agosto de 2020;
- I Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança (Brasil, 2017): <https://funag.gov.br/loja/download/1209-Plano-Nacional-de-Acao-sobre-Mulheres-Paz-e-Seguranca.pdf>; e
- II Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança: etapa 1 (Brasil, 2023): <https://www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/2023-10-25-minuta-ii-pna-mps-etapa-i-pt.pdf>.

SITES DE INTERESSE

- ONU Mulheres: <https://www.unwomen.org/en>;
- *Elsie Initiative*: <https://elsiefund.org/>;
- Rede Brasileira sobre Operações de Paz (REBRAPAZ): <https://rebrapaz.com/>;
- Rede de Segurança e Defesa da América Latina (RESDAL): https://www.resdal.org/wps/program_01.html;
- *Stop Rape Now*: <https://www.stoprapenow.org/>;
- Escritório da ONU de Prevenção à Exploração e Abuso Sexual: <https://www.un.org/preventing-sexual-exploitation-and-abuse/>
- CRSV nas Operações de Paz da ONU: <https://peacekeeping.un.org/en/conflict-related-sexual-violence>;
- Departamento de Operações de Paz da ONU: <https://peacekeeping.un.org/en/department-of-peace-operations>;
- Ministério da Defesa/Missões de Paz: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/copy_of_missoes-de-paz; e
- Comissão de Gênero do Ministério da Defesa: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias-spm/noticias/03-09-ministerio-da-defesa-instala-comissao-de-genero>.

LEITURAS DE INTERESSE

- BALBINO, Viviane. **Terá a paz rosto de mulher? Uma perspectiva brasileira para os 20 anos da agenda de mulheres, paz e segurança do Conselho de Segurança das Nações Unidas.** Fundação Alexandre de Gusmão, 2022: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-1195>; e
- GONÇALVES, Júlia G. L. **Um estudo sobre o processo de elaboração do Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança.** 2024. Projeto de Pesquisa de Mestrado do Instituto Meira Mattos, Escola de Comando de Estado-Maior do Exército: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/13500/1/MO%206956%20-%20J%C3%9ALIA%20GOMES%20LOPES%20GON%C3%87ALVES.pdf>.





**EXÉRCITO BRASILEIRO
SEMPRE PRONTO PELA PAZ!**

